

CHISSANO CONSIDERA INACEITÁVEIS DECLARAÇÕES DE AFONSO DHLAKAMA

O Presidente da República, Joaquim Chissano, considerou ontem, em Maputo, de «uma situação anómala e inaceitável» a declaração feita por Afonso Dhlakama ao «Notícias», a partir do Quénia, segundo a qual o acesso às zonas sob o controlo da Renamo pelos partidos políticos e homens de negócios carece de autorização por parte da liderança do seu movimento, apesar do entendimento a que se chegou durante as recentes conversações em Maputo.

Falando a jornalistas, à margem da audiência que concedeu a um grupo representativo do «Movimento pela Paz», Joaquim Chissano colocou a possibilidade de haver uma má interpretação da fonte que fez chegar esta informação ao jornal e disse esperar que o líder da Renamo faça um esclarecimento correcto a toda a população, não só em palavras, como também em actos.

O «Notícias», na sua edição de ontem, cita o porta-voz da presidência da Renamo como tendo dito que Afonso Dhlakama pensa que há pessoas que julgam que com o entendimento sobre a administração territorial podem entrar livremente nas zonas sob o controlo do movimento, acrescentando que «não é nada disso. A Renamo não irá permitir a destruição dos recursos naturais até à tomada de posse do Governo eleito democraticamente».

Conselho de Segurança discute processo de paz

O Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se ontem, em Nova Iorque, para discutir o processo de paz moçambicano. Tal facto foi anunciado na manhã de ontem, em Maputo, pelo Representante Especial de Boutros Ghali em Moçambique, no decurso do seu habitual encontro das sextas-feiras com os meios de comunicação social sobre o processo de pacificação do país.

Segundo disse o Dr. Aldo Ajello, esperava-se que ainda ontem ou na próxima segunda-feira fosse aprovada e divulgada uma resolução fazendo o balanço da implementação do Acordo Geral de Paz assinado em Outubro do ano passado na capital italiana, Roma, pelo Governo moçambicano e pela Renamo.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas fez um balanço do processo de pacificação do país com base no relatório de Boutros Ghali de 30 de Agosto último, o qual foi actualizado com os últimos desenvolvimentos.

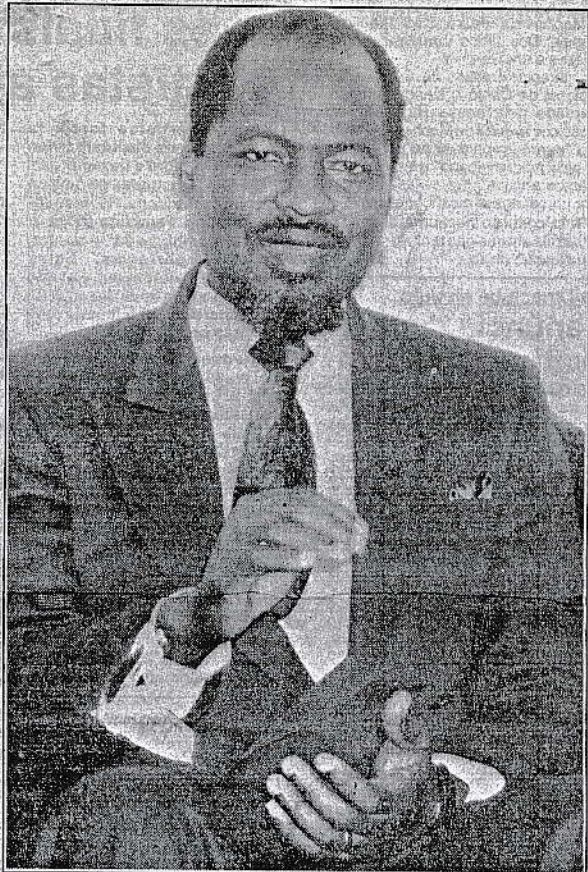
Na semana passada, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique havia anunciado a sua intenção de apresentar o mais urgente possível às delegações do Governo e da Renamo na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) o novo calendário para a implementação do Acordo Geral de Paz e solicitar a sua aprovação.

Na ocasião, o Dr. Aldo Ajello considerou ser necessário convencer o Conselho de Segurança das Nações Unidas a prolongar por mais um ano a sua operação no país, que termina em Outubro próximo. Mas para tal, de acordo com aquele funcionário superior das Nações Unidas, tinha que haver um compromisso das duas partes (Governo e Renamo) para a realização de eleições em 1994.

Refira-se que a realização das eleições gerais em Moçambique está dependente do começo do acantonamento e desmobilização das tropas de ambos os lados, mas até agora nenhuma data foi indicada para o início deste processo.

Na sua breve alocução sobre esta informação, Chissano manifestou-se surpreendido com a posição do líder da

«Oxalá o Senhor Dhlakama prove que não foi aquilo que disse e que seja um erro da fonte que trouxe a



Presidente Chissano falando à imprensa

Renamo, dizendo que ela é contraditória ao que Afonso Dhlakama disse em Maputo sobre a reintegração territorial.

informação», disse o Chefe do Estado, classificando a situação de, no mínimo, ser anómala e inaceitável.

Quanto ao que o líder da Renamo diz relativamente ao acesso da população às zonas sob o controlo do

seu movimento, o Presidente da República afirma ainda ser uma violação ao Acordo Geral de Paz, o qual preconiza a livre circulação da população em todo o país.

«É por isso que a Renamo está livre de circular em todas as zonas do país, nas grandes cidades, nas capitais dos distritos e realizar o seu trabalho político», explicou.

O líder da Renamo, citado pelo porta-voz da sua presidência, diz que todos os pedidos para a exploração de recursos económicos nas zonas do movimento devem ser feitos ao seu movimento, acrescentando também que continua obstruído o acesso dos líderes políticos, incluindo os da Frelimo, que pretendam desenvolver actividades partidárias nesses territórios, «até à desmobilização dos exércitos privados, porque se alguém for morto nessas zonas as pessoas vão pensar que foi a Renamo que o matou».

De acordo com o mesmo porta-voz, «a reintegração das zonas controladas pela Renamo na administração territorial será feita com várias restrições, na medida em que a Constituição da Frelimo não será aplicada nesses territórios, antes da realização das eleições, porque as leis que nos obrigaram a pegar em armas ainda estão em vigor».

Chissano classifica estas palavras de contraditórias ao Acordo Geral de Paz em que a Renamo aceita respeitar a Constituição e todas as instituições que vigoram no país.

O Presidente da República informou na ocasião que o Governo já está a trabalhar com vista à implementação dos entendimentos de Maputo, manifestando-se esperançoso de que o mesmo aconteça com a Renamo.

«Já iniciámos os contactos com a comunidade internacional para nos ajudar a aplicar as decisões tomadas no encontro de Maputo» — referiu o Chefe do Estado, salientando que já foi igualmente enviada às Nações Unidas a carta sobre o envio de um contingente para fiscalizar as actividades da Polícia.

«Esperamos que a Renamo também cumpra a sua parte e não volte atrás. O que surgir à frente resolveremos» — sublinhou.